

RUMO A UMA GUERRA SOCIAL PLANETÁRIA?

Ignacio Ramonet*

Um ano após os atentados de 11 de setembro de 2001 e o começo da guerra contra a rede Al-Qaeda, quais são as principais características do planeta neste início do século XXI?

Os Estados Unidos dominam o mundo como nenhum império jamais o dominou. Exercem uma supremacia esmagadora nos cinco campos tradicionais do poder: político, econômico, militar, tecnológico e cultural. “Os Estados Unidos são como que o primeiro Estado protomundial”, avalia um analista norte-americano: “Têm a capacidade de assumir a liderança de uma versão moderna do império universal, um império espontâneo cujos membros se submetem voluntariamente à sua autoridade.”¹

Pela primeira vez na história da humanidade, portanto, o mundo é dominado por uma hiperpotência. Que exibiu de três maneiras, no Afeganistão, a sua hegemonia imperial: arrasando sob suas bombas, em poucas semanas, o regime Talibã e as redes armadas do Al-Qaeda que o sustentavam; montando uma enorme coalizão diplomática de apoio a sua ação de represália (com o respaldo, em particular, da Rússia e da China), ao mesmo tempo que restringia ao mínimo a referência à Organização das Nações Unidas; e, por fim, recrutando como simples forças suplementares as outrora orgulhosas forças armadas britânicas, e mantendo à distância aliados solícitos porém considerados incômodos, como a França, a Alemanha, a Itália ou o Japão.

Nesta nova era, entretanto, tal demonstração de poderio militar e diplomático é enganosa. Por quê? Porque a supremacia militar já não se

* Diretor de *Le Monde diplomatique*, Paris. Fundador e presidente de honra da ONG internacional ATTAC.

¹ International Herald Tribune, 7 de janeiro de 2002.

traduz, como no século XIX e na primeira metade do século XX, por conquistas territoriais. Estas se tornaram, a longo prazo, politicamente impossíveis de gerir, financeiramente onerosas e midiaticamente desastrosas. Os meios de comunicação confirmam-se como um ator estratégico de primeira grandeza.²

A dinâmica da globalização

Eis outro fenómeno central: todas as nações vêm sendo arrastadas para a dinâmica da globalização. Trata-se, de certo modo, de uma segunda revolução capitalista. A globalização económica atinge os mais ínfimos recônditos do planeta, ignorando tanto a independência dos povos quanto a diversidade dos regimes políticos.

Assim, a Terra passa por uma nova era de conquistas, como nos tempos da colonização. Mas, enquanto os atores principais da expansão conquistadora anterior eram os Estados, desta vez eles são as empresas e conglomerados, os grupos industriais e financeiros privados que pretendem dominar o mundo. Os senhores da Terra nunca foram tão reduzidos em termos numéricos nem tão poderosos. Esses grupos situam-se, essencialmente, na tríade Estados Unidos-Europa-Japão. Metade deles tem sua sede nos Estados Unidos.

Essa concentração do capital e do poder acelerou-se de maneira espantosa nos últimos vinte anos, sob o efeito das revoluções na tecnologia da informática.

A partir deste começo de milénio, dar-se-á um novo salto à frente, com as novas técnicas genéticas de manipulação da vida. A privatização do genoma humano e o patenteamento generalizado do ser vivo abrem novas perspectivas de expansão para o capitalismo. Uma grande privatização de tudo o que concerne à vida e à natureza está em fase de preparação, favorecendo o aparecimento de um poder provavelmente mais absoluto do que tudo o que já se conheceu na história.

A globalização visa menos a conquistar países do que a conquistar mercados. A preocupação desse poder moderno, com efeito, não é a

² A ex-secretária de Estado do presidente Clinton, Sra. Madeleine Albright, chegou mesmo a afirmar que “a rede CNN é o décimo sexto membro do Conselho de Segurança da ONU”.

conquista de territórios, como nas grandes invasões ou nos períodos coloniais, mas a apropriação das riquezas.

Essa conquista é acompanhada por estragos impressionantes. Indústrias inteiras são brutalmente arruinadas em todas as regiões. E com o sofrimento social daí resultante: desemprego maciço, subemprego, precariedade, exclusão. Há 50 milhões de desempregados no seio da União Européia, um bilhão de desempregados e subempregados no mundo... Há uma superexploração de homens, mulheres e – o que é ainda mais escandaloso – crianças: 300 milhões delas são exploradas, em condições de grande brutalidade.

A globalização é também a pilhagem planetária, como mais uma vez acaba de denunciar a Conferência de Joanesburgo sobre desenvolvimento sustentável. Os grandes conglomerados devastam o meio ambiente através de expedientes absurdos; tiram proveito de riquezas naturais que são patrimônio comum da humanidade, e o fazem sem escrúpulos e de maneira irrefreada. Isso é igualmente acompanhado pela criminalidade financeira ligada ao mundo dos negócios e aos grandes bancos, que reciclam somas superiores a um trilhão de euros por ano, ou seja, mais do que o produto interno bruto de um terço da humanidade.

A pilhagem planetária

A mercantilização generalizada traduz-se num assombroso agravamento das desigualdades. Enquanto a produção planetária de gêneros alimentícios básicos representa mais de 110% das necessidades mundiais, 30 milhões de pessoas continuam a morrer de fome a cada ano e mais de 800 milhões estão subalimentadas.

Em 1960, os 20% mais ricos da população mundial dispunham de uma renda 30 vezes maior que a dos 20% mais pobres. Isso já era escandaloso. Mas, em vez de melhorar, a situação agravou-se ainda mais. Porque hoje, a renda dos mais ricos em relação aos mais pobres não é 30, porém 82 vezes mais elevada! Dos seis bilhões de habitantes do planeta, apenas 500 milhões vivem na fartura, enquanto 5,5 bilhões continuam a passar necessidade. O mundo anda de cabeça para baixo.

As estruturas estatais, assim como as estruturas sociais tradicionais, têm sido desbaratadas de maneira desastrosa. Mais ou menos em toda parte, nos países do Sul ou do Leste, o Estado está desmoronando. As autoridades se retiram ou são expulsas dos territórios periféricos, que se

transformam em terras de ninguém em que o direito não vigora. Mais ou menos em toda parte, no Paquistão, na Argélia, na Somália, no Congo, na Colômbia, nas Filipinas ou no Sri Lanka, desenvolvem-se entidades caóticas ingovernáveis, que escapam a toda e qualquer legalidade e tornam a mergulhar num estado de barbárie. A força suplanta o direito e somente os grupos de saqueadores ficam em condições de impor sua lei, transformando a população em refém.

Surgem perigos de um tipo novo: hiperterrorismo, fanatismos religiosos ou étnicos, proliferação nuclear, crime organizado, redes mafiosas, especulação financeira, grande corrupção, ampliação de novas pandemias (AIDS, o vírus Ebola, a doença de Creutzfeldt-Jakob etc.), poluição de extrema intensidade, efeito estufa, desertificação e outros mais.

Embora a democracia e a liberdade pareçam triunfar, num planeta livre dos piores regimes autoritários, as censuras e manipulações fazem um retorno paradoxal e vigoroso, sob diversas fachadas. Novos e sedutores “ópios do povo” propõem uma espécie de “melhor dos mundos”, distraem os cidadãos e tentam desviá-los da ação cívica e reivindicatória. Nesta nova era da alienação, na era da Internet, da world culture, da “cultura global” e da comunicação planetária, as tecnologias da informação desempenham, mais do que nunca, um papel ideológico central de amordçar o pensamento.

O estilhamento do mundo

Todas essas mudanças estruturais e conceituais, que atuam há uma dezena de anos, produziram um autêntico estilhamento do mundo. Conceitos geopolíticos como Estado, poder, soberania, democracia ou fronteira já não têm a mesma significação. A tal ponto que, se observarmos o funcionamento real da vida internacional, constataremos que seus atores mudaram.

Na escala planetária, os três protagonistas principais, que, no Antigo Regime, eram a nobreza, o clero e o terceiro estado, são agora: (1) as associações de Estados – NAFTA (Estados Unidos, Canadá e México), União Européia, MERCOSUL, ANSA etc.; (2) as empresas globais e os grandes grupos midiáticos ou financeiros; (3) as organizações não governamentais (ONGs) de envergadura mundial (Greenpeace, Anistia Internacional, Attac, Human Rights Watch, World Wild Life etc.)

Esses três novos atores agem num quadro planetário que, num sinal dos tempos, é menos fixado pela Organização das Nações Unidas do que pela Organização Mundial do Comércio (OMC), novo árbitro global.

O voto democrático tem pouquíssima influência no funcionamento interno desses três novos atores. Essa grande mutação mundial, que esvaía o sentido da democracia, instaurou-se sem que nos apercebêssemos e sem que os próprios responsáveis políticos tenham consciência dela.

Agir contra a globalização

Todas essas mudanças, rápidas e violentas, efetivamente desestabilizam os dirigentes políticos. Em sua maioria, eles se sentem oprimidos por uma globalização que modifica as regras do jogo e os deixa parcialmente impotentes. É que os verdadeiros donos do mundo não são os que detêm as aparências do poder político.

Por isso é que os cidadãos vêm multiplicando as ações e mobilizações contra os novos poderes, como temos visto desde dezembro de 1999, por ocasião da conferência de cúpula da Organização Mundial do Comércio em Seattle, depois em Praga, em Davos, em Nice, em Quebec e em Gênova. Eles estão convencidos de que, no fundo, o objetivo da globalização liberal, neste começo de milênio, é a destruição do coletivo, a apropriação das esferas pública e social pelo mercado e pelo setor privado. E estão decididos a se opor a isso.

Outra constatação: a supremacia geopolítica e o exercício da hiperpotência, na era do neoliberalismo, de modo algum garantem a todos os cidadãos um nível de desenvolvimento humano satisfatório. Por exemplo, entre os habitantes de um país rico como os Estados Unidos, há 32 milhões de pessoas cuja expectativa de vida é inferior a 60 anos, 40 milhões sem assistência médica, 45 milhões vivendo abaixo da linha de pobreza e 52 milhões de analfabetos... Do mesmo modo, no seio da opulenta União Européia, na era do nascimento do euro, há 50 milhões de pobres e 18 milhões de desempregados...

Em escala mundial, a pobreza continua a ser a regra, enquanto a fartura é a exceção. As desigualdades tornaram-se uma das características estruturais de nossa época. E estão-se agravando, afastando cada vez mais os ricos dos pobres. As 225 maiores fortunas do mundo representam um total de mais de um trilhão de euros, ou seja, o equivalente à renda de 47% das pessoas mais pobres da população mundial (2,5 bi-

lhões de pessoas!). Simples indivíduos são hoje mais ricos do que Estados: o patrimônio das 15 pessoas mais ricas do planeta ultrapassa o produto interno bruto total do conjunto dos países da África sub-saariana...

Dominadores e dominados

Desde o início do século XX, o número de nações do mundo não parou de aumentar, passando de cerca de quarenta para quase duzentas. No plano geopolítico, entretanto, o mundo continua a ser dominado pelo pequeno número de Estados (Reino Unido, França, Alemanha, Japão, Estados Unidos, Rússia) que já o dirigia no fim do século XIX. Dentre as dezenas de países nascidos do desmantelamento dos grandes impérios coloniais – britânico, francês, espanhol, holandês, português ou belga –, apenas três (Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan) atingiram níveis de progresso que lhes permitem aceder à condição de países desenvolvidos. Os demais continuam atolados num subdesenvolvimento crônico e numa pobreza endêmica.

Ser-lhes-á ainda mais difícil sair desse atoleiro, na medida em que as matérias-primas (inclusive os hidrocarbonetos) em cuja venda se apóia essencialmente a sua economia têm visto seus preços despencarem de forma inelutável. Numerosos produtos de base (metais, fibras, gêneros alimentícios) são agora menos utilizados pelos grandes países desenvolvidos, ou foram substituídos por produtos sintéticos. Assim, no Japão, em relação a 1973, cada unidade de produção industrial reduziu o consumo de matérias-primas em aproximadamente 40%!

A nova riqueza das nações repousará cada vez mais, no curso deste século XXI, na massa cinzenta – no saber, na pesquisa, na capacidade de inovar –, e não mais na produção de matérias-primas. A propósito disso, pode-se até afirmar que os três componentes tradicionais do poder – tamanho do território, importância demográfica e riqueza em matérias-primas – não mais constituem trunfos invejáveis e, paradoxalmente, até se tornaram desvantagens onerosas na era pós-industrial.

As nações muito extensas, muito populosas e muito ricas em matérias-primas – Rússia, Índia, China, Brasil, Nigéria, Indonésia, Paquistão, México – figuram entre as de maior desigualdade do planeta, com a maioria da população ainda mergulhada na pobreza. A exceção dos Estados Unidos mascara a norma.

Em contrapartida, na era da globalização financeira, micro-Estados quase desprovidos de território, sem grande população e sem matéria-prima alguma – Mônaco, Liechtenstein, ilhas Cayman, Cingapura – possuem rendas per capita situadas entre as mais altas do mundo...

O caos generalizado

A área do caos generalizado não pára de se ampliar, englobando e absorvendo cada vez mais Estados na economia definitivamente estagnada e um número maior de países na violência endêmica. Desde 1989, data do término da Guerra Fria, houve mais de sessenta conflitos armados, que fizeram centenas de milhares de mortos e mais de dezessete milhões de refugiados! Em muitos lugares da Terra, a vida cotidiana tornou-se simplesmente infernal, a ponto de cada vez mais pessoas, em particular as mais jovens, procurarem fugir do caos e da violência e quererem emigrar a qualquer preço para as regiões desenvolvidas e pacíficas.

Chegamos até mesmo a ver habitantes de alguns países renegarem a luta dos mais velhos pela independência e pleitearem o retorno da potência colonial (na República de Comores), ou mesmo a absorção pura e simples pela metrópole dominante (em Porto Rico). O Terceiro Mundo deixou de existir como entidade política.

Tudo isso atesta a crise do Estado nacional e da política, no momento em que a segunda revolução capitalista, a globalização da economia e as mudanças tecnológicas estão transformando o meio geopolítico. E também no momento em que se multiplica, em razão das fusões e das concentrações, o número de empresas gigantescas cujo peso às vezes supera o dos Estados. O volume de negócios de algumas grandes empresas é superior ao PIB de inúmeros países. Cada uma das cem principais empresas globais vende mais do que é exportado pelos 120 países mais pobres. Essas firmas gigantescas e globais controlam 70% do comércio mundial...

Os dirigentes dessas empresas, bem como os dos grandes grupos financeiros e midiáticos, detêm a realidade do poder e, através de seus lobbies poderosos, influem com todo o seu peso nas decisões políticas dos governos legítimos e eleitos. Com isso, confiscam a democracia em benefício próprio.

Os contrapoderes necessários

Mais necessários do que nunca, os contrapoderes tradicionais (partidos, sindicatos, imprensa livre) parecem pouco atuantes. E os cidadãos se perguntam que iniciativas audaciosas poderiam restabelecer o contrato social contra o contrato privado no século XXI. Perguntam-se se o mundo terá que passar por um novo ciclo de revoluções violentas – como as que se sucederam ao longo dos séculos XIX e XX – para deter de maneira duradoura o rolo compressor do capitalismo.

Informática e globalização

Conhecemos o dito de Karl Marx: “Dêem-me o moinho movido a vento e eu lhes darei a Idade Média.” Poderíamos acrescentar, parafraseando-o: “Dêem-me a máquina a vapor e eu lhes darei a era industrial.” Ou ainda, aplicando seu dito à era contemporânea: “Dêem-me o computador e eu lhes darei a globalização.”

Ainda que esses determinismos sejam forçosamente exagerados, eles resumem bastante bem esta idéia central: em momentos cruciais da história, uma invenção capital – que nunca resulta do acaso – subverte a ordem das coisas, desvia a trajetória de uma sociedade e desencadeia um novo movimento de longa duração. Imperceptivelmente, há uns bons dez anos, entramos num movimento desse tipo.

No fim do século XVIII, a máquina a vapor, ao provocar a revolução industrial, modificou a face do mundo: foi o deslanchar do capitalismo, o aparecimento da classe trabalhadora, o nascimento do socialismo, a expansão do colonialismo etc. Pois bem, essa máquina, decididamente, substituía apenas os músculos.

Com sua vocação para substituir o cérebro, o computador vem provocando, bem diante de nossos olhos, mudanças ainda mais assombrosas e inéditas. Com efeito, todos podem constatar que tudo já está modificado a seu redor: o ambiente geopolítico, o contexto econômico, os dados políticos, os parâmetros ecológicos, os valores sociais, os critérios culturais e as atitudes individuais.

As tecnologias da informação e da comunicação, assim como a revolução digital, fizeram-nos entrar, nolens volens, numa nova era. Uma era cujas características centrais são a transmissão instantânea de dados virtuais e a proliferação de ligações e redes eletrônicas. A Internet cons-

titui o cerne, a encruzilhada e a síntese da grande mudança que está em andamento. As vias expressas da comunicação representam, na era atual, o que foram as estradas de ferro na era industrial: fatores vigorosos de impulsionamento e intensificação das trocas.

A nova economia

Tendo em mente essa comparação, muitos especuladores lembraram-se de que “as vantagens econômicas de um sistema de transporte aumentam em linha poligonal, com saltos repentinos, quando se realizam certas ligações”. E recordaram que, “na década de 1840, a construção das estradas de ferro constituiu, por si só, a mola mais importante do crescimento industrial na Europa Ocidental”.³ A partir de meados dos anos noventa, portanto, os neocapitalistas apostaram no crescimento exponencial, durante essa fase de decolagem, de todas as atividades ligadas às vias expressas da comunicação, às tecnologias das redes virtuais e à Internet. Chamou-se a essa febre especulativa, em 1999 e 2000, a “nova economia”.

Muitos investidores estavam convencidos de que, no momento de uma das mudanças mais rápidas que o mundo já havia conhecido, as empresas de toda parte seriam obrigadas, para se adaptar, a fazer grandes gastos com equipamentos de informática, telefonia digital, telecomunicações por satélite, redes etc. As perspectivas de crescimento pareciam ilimitadas.

Na França, de 1997 a 2000, por exemplo, o índice de instalação de computadores em escritórios e residências duplicou. Por outro lado, no decorrer desses três anos, mais de dez milhões de pessoas compraram telefones celulares. Em 31 de dezembro de 2001, o índice de penetração da telefonia móvel havia atingido 61,6% e havia 37 milhões de franceses equipados com telefones celulares. Além disso, considerava-se que o número de usuários mundiais da Internet, estimado em 142 milhões em 1998, deveria ultrapassar 500 milhões em 2003...

A grande batalha econômica do futuro veria enfrentarem-se as empresas norte-americanas, européias e japonesas na batalha pelo controle das redes, assim como pela dominação do mercado de imagens, bancos

³ David S. Landes, *L'Europe technicienne*, Paris, Gallimard, 1975, p. 214.

de dados, atividades de lazer, som, jogos – em suma, dos conteúdos. Mas elas se enfrentariam também, talvez acima de tudo, para se imporem no setor do comércio eletrônico, em expansão exponencial. A Internet deveria ser transformada num vasto shopping center.⁴ Embrionário em 1998, com cerca de 8 bilhões de euros em compras, o comércio eletrônico havia atingido 40 bilhões em 2000 e deveria ultrapassar 80 bilhões em 2005.

Tomados por uma febre ardente de opulência, sonhando com uma fonte de riqueza fácil e estimulados pela maioria dos meios de comunicação, enxames de investidores (antigos e novos) atiraram-se às bolsas de valores de quase toda parte, no correr dos dois anos da “explosão tecnológica” de 1999-2000, como outrora tinham feito os exploradores em busca de ouro no Eldorado ou no rio Klondike. As cotações de alguns títulos ligados à galáxia da Internet explodiram. Em 1999, uma dezena de companhias viu o valor de suas ações multiplicar-se por cem. Outras, como a America On Line (AOL), fizeram melhor: o valor de suas ações na bolsa, a partir de 1992, multiplicou-se por 800!

O craque da Nasdaq

Um poupador que houvesse investido apenas 1.000 euros em ações de cada uma das cinco grandes da Internet (AOL, Yahoo!, Amazon, AtHome e eBay), no dia de sua introdução na bolsa de valores, teria ganho, já em 9 de abril de 1999, um milhão de euros... O índice da NASDAQ (a bolsa em que é negociada a maioria das ações de alta tecnologia em Nova York) estampou um lucro de +85,6% em 1999!

Mas enriquecer depressa, sem esforço e sem trabalho, muitas vezes é algo da ordem da miragem. E, a partir de março de 2001, o índice NASDAQ despencou, arrastando em sua queda, pelo mundo afora, a maioria das ações de empresas de tecnologia e telecomunicações...

As recentes falências fraudulentas gigantescas da Enron, da WorldCom, da Qwest, da Tyco, da Lucent etc., que arruinaram dezenas de milhares de acionistas assalariados, confirmam que a década de expansão econômica – de março de 1991 a março de 2001 – baseada nas novas tecnologias já terminou.

⁴ Ver Ignacio Ramonet, *La Tyrannie de la communication*, Paris, Galilée, 1998.

Mesmo durante os anos do boom tecnológico, as desigualdades nos Estados Unidos, paradoxalmente, continuaram a se aprofundar. No começo do craque da NASDAQ, em março de 2001, portanto, atingiram níveis nunca vistos desde a Grande Depressão. A prosperidade da “nova economia” revelou-se tão frágil que fez pensar na explosão de crescimento econômico dos anos vinte, quando, a exemplo do que aconteceu em 1999 e 2000, a inflação era pequena e a produtividade, elevada – a ponto de alguns analistas, ao verem o índice NASDAQ levantar vôo, não hesitarem em prever um “craque tecnológico” e anunciarem um “risco de falência”, fazendo pairar o espectro de 1929.⁵

Hoje em dia, calcula-se que apenas 25% das empresas da economia da Net deverão sobreviver a médio prazo. As altas autoridades financeiras foram rápidas em alertar os poupadores. “Tomem cuidado com os papéis das empresas da Internet”, afirmou em março de 2000, por exemplo, o Sr. Arnout Wellink, presidente do Banco Central dos Países Baixos, que comparou os operadores a “cavalos enlouquecidos, todos correndo, uns atrás dos outros, à procura de uma mina de ouro”.⁶

Dizem, às vezes, que as revoluções políticas devoram seus filhos. As revoluções econômicas fazem a mesma coisa...

A Argentina, um exemplo típico

Assim, o ciclone econômico que se abateu sobre a Argentina, por exemplo, no fim de dezembro de 2001, não somente provocou tumultos sangrentos (30 mortos) e mergulhou esse país latino-americano no caos, como também derrubou seu governo e cinco presidentes em menos de duas semanas... Essa crise mostra-se exemplar, por diversas razões. Desde 1989, a Argentina vinha seguindo ao pé da letra todas as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de todos os órgãos financeiros internacionais. O conjunto do patrimônio do Estado fora privatizado (petróleo, minas, eletricidade, água, telefones, rodovias, estradas de ferro, metrô, empresas aéreas e até o correio!), o comércio exterior fora inteiramente liberalizado, o controle cambial fora eliminado, e dezenas de milhares de funcionários públicos estavam licenciados

⁵ Business Week, 14 de fevereiro de 2000.

⁶ Le Monde, 12 de março de 2000.

ou tinham visto seus salários e pensões de aposentadoria serem diminuídos, a fim de reduzir o déficit público. A própria moeda fora posta em paridade com o dólar (decisão registrada na Constituição!), a fim de não mais permitir que um futuro governo a desvalorizasse.

Mas o montante da venda de todo o patrimônio do Estado, que se elevava a dezenas de bilhões de dólares, simplesmente se evaporou, em decorrência de uma corrupção fenomenal. E não serviu sequer para pagar a dívida externa do país! E o mais insólito é que essa dívida, que era de 8 bilhões de dólares antes das privatizações, atingiu, após a venda dos bens estatais, um montante 16 vezes maior, ou seja, 132 bilhões de dólares!

Ainda assim, a Argentina continuava a ser considerada a “melhor aluna” do FMI, e seu ministro da Economia, Sr. Domingo Cavallo, artífice das privatizações e da dolarização, recebeu do New York Times, em março de 2001, o título de “herói liberal do ano”. Com isso, a Argentina era um exemplo citado por todos os incensadores do ultraliberalismo, que não paravam de enaltecer o “modelo argentino”. Foi esse modelo que, após quatro anos de recessão econômica, desmoronou tragicamente em dezembro de 2001.

Eleito na noite de 1º de janeiro de 2002, o peronista Eduardo Duhalde desancou de imediato, em seu discurso de posse, esse “modelo liberal”. Acrescentou: “Meu compromisso, a partir de hoje, é acabar com esse modelo esgotado, que fez mergulhar no desespero a grande maioria de nosso povo.” Esse modelo, esclareceu ainda, “gerou a pobreza de dois milhões de compatriotas, destruiu a classe média, arruinou nossas indústrias e reduziu a zero o trabalho dos argentinos”.⁷ Raras vezes os aspectos nocivos do ultraliberalismo foram denunciados com tanta severidade e clareza.

Esse desastre que se abateu brutalmente sobre a Argentina, como fizera em 1997 com vários países do Sudeste Asiático, ameaça outras nações pelo mundo afora, em particular a Turquia, a Rússia, o Brasil, o Uruguai, a África do Sul e as Filipinas. Mesmo que a falência argentina tivesse sido prevista pelos mercados, a diminuição do ritmo da atividade econômica no mundo reforça a aversão dos investidores aos riscos e inaugura um período de maior incerteza econômica.

⁷ Le Monde, 3 de janeiro de 2002.

Firmas gigantescas, Estados nanicos

O caso argentino demonstra, mais uma vez, como a globalização do capital financeiro vem colocando os povos num estado de insegurança generalizada. Essa globalização contorna e rebaixa as nações e seus Estados como lugares pertinentes do exercício da democracia e avalistas do bem comum.

A globalização financeira, aliás, criou seu próprio Estado. Um Estado supranacional, que dispõe de seus próprios aparelhos, redes de influência e modos de ação. Trata-se da constelação formada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Essas quatro instituições falam a uma só voz – que ressoa na quase totalidade dos grandes meios de comunicação – para exaltar as “virtudes do mercado”.

Esse “Estado mundial” é um poder sem sociedade, sendo o papel desta exercido pelos mercados financeiros e pelas empresas gigantescas de que ele é mandatário, com a consequência de que as sociedades que existem de verdade, por sua vez, são sociedades sem poder.⁸ E isso não pára de se agravar.

Sucedendo ao GATT, a OMC tornou-se, a partir de 1995, uma instituição dotada de poderes supranacionais e situada fora de qualquer controle da democracia parlamentar. Uma vez convocada a se manifestar, ela pode declarar que as legislações nacionais, seja em matéria de direito do trabalho, direito ambiental ou de saúde pública, são “contrárias à liberdade do comércio” e, por conseguinte, exigir sua revogação.⁹

Antes da crise atual, não se passava uma semana sem que a mídia anunciasse novas fusões e aquisições, um novo casamento entre grandes empresas, uma união colossal, uma megaconcentração que dava origem a uma firma gigantesca. Lembremos, por exemplo, a aquisição da fabricante de automóveis Chrysler pela Daimler-Benz (por um montante de 43 bilhões de euros), do banco Citicorp pelo Travelers (82,9 bilhões), da companhia telefônica Ameritech pela SBC Communications (60 bilhões), da empresa farmacêutica Ciba pela Sandoz (36,3 bilhões),

⁸ Ver André Gorz, *Misères du présent, richesse de l'avenir*, Paris, Galilée, 1997.

⁹ Cf. François Chesnais, *La Mondialisation du capital*, Paris, Syros, 1997 (nova edição ampliada).

o que deu origem à Novartis, da operadora MCI Communications pela WorldCom (30 bilhões), do Banco de Tóquio pelo Banco Mitsubishi (33,8 bilhões) e da Sociedade de Bancos Suíços pela União dos Bancos Suíços (24,3 bilhões). E recordemos ainda a decisão de fundir os dois gigantes históricos da siderurgia alemã, a Thyssen e a Krupp, cujo volume de negócios, segundo seus diretores, se elevará a 63 bilhões de euros... Mas a maior operação do mundo foi a compra, feita em 2001 pelo grupo norte-americano de telecomunicações Comcast, da operadora de cabos AT&T Broadband, pelo montante de 73 bilhões de euros...

Só no ano de 1997, por exemplo, as operações mundiais de aquisição e fusão de empresas atingiram um montante superior a 1,6 trilhões de euros! E, em 2001, apesar da retração econômica geral e da queda das ações das empresas de tecnologia nas bolsas de valores, o montante das operações mundiais de fusão e aquisição elevou-se a 1,958 trilhões de euros! Os setores mais sensíveis a essa corrida para o gigantismo são os bancos, a indústria farmacêutica, a indústria química, os meios de comunicação, as telecomunicações, a agroindústria e a indústria automobilística.

Por que essa efervescência? No contexto da globalização, os grandes grupos da Tríade (Estados Unidos-União Européia-Japão), aproveitando a desregulamentação da economia, querem ter uma presença planetária. Procuram tornar-se atores importantes em todos os grandes países e neles deter parcelas significativas do mercado. Por outro lado, a queda das taxas de juros (que acarreta uma transferência das obrigações para as ações), as massas de capital que fogem das bolsas asiáticas ou latino-americanas (depois da crise asiática de 1997 e da crise argentina do fim de 2001), a colossal capacidade financeira dos principais fundos de pensão norte-americanos e britânicos e a melhor rentabilidade das empresas (na Europa e nos Estados Unidos), tudo isso dopou as bolsas ocidentais em 1999 e 2000 e provocou a embriaguez das fusões.

Estas deparam com um número cada vez menor de tabus. Por exemplo, a indústria automobilística, tal como a siderurgia ou as telecomunicações, antigamente era considerada um setor estratégico pela maioria dos governos. Isso já não acontece há uns vinte anos no Reino Unido e, a partir da compra da norte-americana Chrysler pela Daimler-Benz, também já não ocorre nos Estados Unidos.

Outro testemunho disso, na Alemanha, a maior potência econômica da zona do euro, foi a decisão do governo do Sr. Gerhard Schröder de eliminar o imposto sobre os lucros auferidos pelas empresas em caso de cessão. Havendo entrado em vigor em 1º de janeiro de 2002, essa medi-

da tem como efeito acelerar a transferência do capital renano para o capitalismo anglo-saxão e favorecer as fusões de empresas que atuam nos mesmos setores estratégicos – como, aliás, já foi demonstrado, no verão de 2001, pela assunção do controle do Dresdner Bank pela seguradora Allianz, numa aquisição cujo montante elevou-se a 19,7 bilhões de euros...

“Agora, os padrões estão inteiramente desinibidos”, declarou um especialista do Boston Consulting Group. “As fechaduras do capitalismo tradicional estão sendo arrombadas e os pactos mútuos de não-agressão já não vigoram. Não é mais proibido sacudir violentamente a porta de um grupo, mesmo quando a diretoria rejeita a idéia de uma aproximação.”¹⁰ Tivemos um exemplo eloquente disso na França, em março de 1998, quando da fusão-absorção da Havas pela Compagnie Générale des Eaux, então presidida pelo Sr. Jean-Marie Messier, que deu origem ao grupo Vivendi; este foi transformado em Vivendi-Universal, depois da aquisição da empresa norte-americana Universal, e, como sabemos, foi vítima do delírio de grandeza de seu presidente – demitido em julho de 2002 –, que multiplicou as aquisições e fusões e, já no verão de 2002, em graves dificuldades, viu-se obrigado a vender ativos para sobreviver, depois de haver despencado o valor das ações da empresa na bolsa.

Dimensões titânicas

Aos olhos dos predadores, as fusões apresentam inúmeras vantagens. Permitem reduzir a concorrência através de sua compra, pois a maioria desses acordos une empresas rivais, desejosas de dominar seu setor de maneira quase monopolista.¹¹ Dão uma oportunidade de recuperar o atraso em matéria de pesquisa e desenvolvimento, mediante a absorção de empresas que possuem um verdadeiro avanço tecnológico; e, por último, permitem proceder a demissões em massa, a pretexto de reduzir os custos (a fusão das empresas farmacêuticas britânicas Glaxo e Wellcome, por exemplo, traduziu-se, logo no primeiro ano, na eliminação de 7.500 postos de trabalho, ou seja, 10% do efetivo).

¹⁰ Libération, 15 de outubro de 1997.

¹¹ Foi para não ser acusado de favorecer a reconstituição de “monopólios naturais” que o governo dos Estados Unidos, em 18 de maio de 1998, instaurou um processo contra a firma Microsoft, do Sr. Bill Gates, por violação da legislação antitruste.

¹² François Chesnais, *La Mondialisation du capital*, Paris, Syros, 1997, p. 251.

Algumas firmas atingiram dimensões titânicas. Por vezes, seu volume de negócios é superior ao produto interno bruto de numerosos países desenvolvidos; assim, o da General Motors é maior que o PIB da Dinamarca, o da Exxon é superior ao PIB da Noruega e o da Toyota suplanta o PIB de Portugal.¹² O montante dos recursos financeiros de que dispõem essas empresas é amiúde superior à receita orçamentária dos Estados, inclusive dos mais desenvolvidos. E é superior, acima de tudo, às reservas cambiais guardadas pelos bancos centrais da maioria dos grandes Estados.¹³

Como nos vasos comunicantes, à medida que, através das fusões, as empresas transformam-se em gigantes, pelo abandono do patrimônio econômico representado pelas privatizações, os Estados tornam-se cada vez mais nanicos.

Desde que, no começo dos anos oitenta, a Sra. Margaret Thatcher lançou as primeiras privatizações, tudo (ou quase tudo) está à venda. Em toda parte. A maioria dos governos, tanto de direita quanto de esquerda, do Norte e do Sul, desmonta a machadadas os patrimônios do Estado e dos serviços públicos.

Durante a década de 1990, em escala mundial e em prol de empresas privadas, os Estados se desfizeram de uma parte de seu patrimônio estimada em mais de 513 bilhões de euros (215 bilhões unicamente na União Européia)! As empresas privatizadas são particularmente valorizadas pelos investidores, pois se beneficiam de antemão de uma reestruturação financiada pelo Estado e, ainda por cima, suas dívidas são canceladas. Elas representam aplicações extremamente atraentes, em particular as dos setores de primeira necessidade (energia, gás, água, transportes, telecomunicações, saúde), que garantem uma receita regular muito lucrativa, isenta de riscos, e nas quais os investimentos anteriores, que podem ter durado décadas, foram realizados pelo Estado.

Assistimos, assim, a um espetáculo insólito: a ascensão poderosa de firmas planetárias, diante das quais os contrapoderes tradicionais (Estados, partidos, sindicatos, meios de comunicação) parecem cada vez mais impotentes. O fenômeno principal de nossa época, a globalização liberal, não é pilotado pelos Estados. Frente às empresas gigantescas, estes perdem mais e mais as suas prerrogativas. Os cidadãos assistem, impotentes, a uma espécie de golpe de Estado planetário de um novo tipo. E

¹³ Idem, p. 253.

constatam simultaneamente que, tanto no Norte quanto no Sul, flagelos sociais que se acreditava haverem desaparecido, como a exploração de crianças, encontram-se em pleno recrudescimento.

Infâncias destroçadas

Alguns sinais, com efeito, não deixam margem para enganos. Ao ressurgimento da mendicância, do desemprego, dos sopões populares e das “classes perigosas”, nos “bairros” e “municípios” das periferias, veio somar-se – como prova suplementar da desumanização provocada pela globalização econômica no fim do século XX – a figura social do trabalhador infantil.

Já no século XIX, o agravamento das desigualdades refletia-se particularmente na exploração das crianças, cujo emprego se havia generalizado. Descrevendo, em 1840, num relatório célebre,¹⁴ a situação das crianças trabalhadoras na França, onde a jornada de trabalho era de 14 horas, Louis Villermé evocou “a multidão de crianças fracas e macilentas, cobertas de andrajos, algumas com apenas sete anos de idade, que chegam descalças às fábricas, atravessando a chuva e a lama, pálidas, irritadas, oferecendo uma aparência de miséria, sofrimento e desânimo”.

Longe de se horrorizarem com essa situação – que romancistas como Charles Dickens, Victor Hugo, Émile Zola e Edmondo de Amicis também haviam denunciado –, alguns “liberais” consideravam-na um “mal necessário”: “Essa miséria”, escreveu um deles, “proporciona um espetáculo salutar a toda uma parcela das classes menos afortunadas, que permaneceu sadia; serve para enchê-las de medo; exorta-as às difíceis virtudes de que elas necessitam para chegar a uma situação melhor.”¹⁵

Diante de tamanho cinismo, como não compreender, por exemplo, a revolta de Karl Marx, que, em seu Manifesto do Partido Comunista, em 1848, denunciou “a grande indústria, que destrói todos os laços de família do proletário e transforma as crianças em simples artigos de comércio, em simples instrumentos de trabalho”, e reivindicou – já se vai

¹⁴ Louis Villermé, *Tableau de l'état physique et moral des ouvriers...*, Paris, 1840 (reeditado pela UGE, col. 10-18, Paris, 1971).

¹⁵ Citado por Jacques Droz in *Histoire générale du socialisme*, Paris, Quadrige-PUF, 1997, vol. I, p. 369.

um século e meio! – a “abolição do trabalho infantil nas fábricas, tal como é hoje praticado”¹⁶

A história mostrou que a abolição progressiva do trabalho infantil e a instituição do ensino obrigatório foram, na Europa Ocidental, na América do Norte e no Japão, as condições indispensáveis do desenvolvimento. No entanto, foi preciso esperar pelo ano de 1990 para que, ratificada no âmbito da ONU – com a exceção dos Estados Unidos –, a convenção sobre os direitos da criança entrasse em vigor e, como desejava a Organização Internacional do Trabalho (OIT) desde 1973, fixasse uma idade mínima para o ingresso no mundo do trabalho.

Apesar disso, estima-se que cerca de 250 milhões de crianças trabalhem, as menores delas não chegando a ter cinco anos... Se sua maioria encontra-se nos países pobres do Sul, muitas são exploradas nos Estados do Norte. No conjunto da União Européia, seu número ultrapassa dois milhões... em particular nas zonas atingidas pelas reestruturações ultraliberais, como o Reino Unido. Contudo, mesmo em países considerados “socialmente avançados” – Dinamarca, Holanda etc. –, o fenômeno do trabalho infantil reapareceu. “Também na França”, afirma uma especialista do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), “várias dezenas de milhares de crianças exercem empregos assalariados sob a capa da aprendizagem, e 59% dos aprendizes trabalham mais de quarenta horas por semana, às vezes chegando a sessenta.”¹⁷

Escravos e servos

Na escala planetária, o número de trabalhadores infantis não pára de crescer. Em alguns países, como o Paquistão, trata-se de um flagelo de massa: às dezenas de milhões, crianças com menos de seis anos são exploradas no país.¹⁸ Na América Latina, uma em cada cinco crianças trabalha; na África, uma em cada três; na Ásia, uma em cada duas! O primeiro setor a empregar crianças é a agricultura. Nela se pratica a

¹⁶ Karl Marx, Manifeste du parti communiste, Paris, UGE, col. 10-18, 1962, p. 42 e 46 [ver in Vários autores, O Manifesto comunista 150 anos depois, Rio de Janeiro, Contraponto/Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998].

¹⁷ Cf. Claire Brisset, Un monde qui dévore ses enfants, Paris, Liana Lévi, 1997.

¹⁸ Ver Bernard Schlemmer, L'Enfant exploité, Paris, Khartala, 1996; ver também o relatório “L'Enfant exploité”, p. 2, n° 2, Lausanne, junho de 1996.

servidão por endividamento: as crianças têm que pagar com seu trabalho as dívidas contraídas por seus pais ou avós. Escravos de fato, tais crianças jamais sairão dessa situação, passarão a vida inteira na lavoura, ali se casarão e darão à luz novos escravos...

Numerosas crianças empregam-se na economia informal, no artesanato, no pequeno comércio e na mendicância. O trabalho doméstico (Magrebe, Oriente Próximo, África ocidental, América Latina) é dos mais perniciosos, ficando a criança exposta a toda sorte de humilhações e atos de violência, sobretudo sexuais. A causa primordial desse quadro desolador é a pobreza, uma pobreza que a globalização econômica tem generalizado e agravado.

Dos seis bilhões de habitantes existentes no planeta, cinco bilhões são pobres. Partindo dessa constatação, um número cada vez maior de organizações vem-se mobilizando em torno da OIT e do UNICEF, para pôr fim a um dos escândalos mais revoltantes de nossa época e para reivindicar o direito sagrado de toda criança a uma vida decente. Elas se dirigem, em primeiríssimo lugar, aos chefes de Estado e de governo de todos os países do mundo. E constatem que, até no nível mais alto, muitos desses dirigentes políticos, nestes tempos de globalização, deixam-se dominar pela febre do dinheiro fácil, da especulação, e sucumbem à corrupção.

Presidentes acossados

De fato, mais ou menos por toda parte e desta ou daquela maneira, presidentes, às vezes em exercício e democraticamente eleitos, são acusados, perseguidos e acossados, sem que haja o menor respeito por sua função – que até recentemente era considerada quase sagrada e fazia deles uma espécie de intocáveis. Tudo isso acabou. Os que falam em “fim derradeiro do Antigo Regime” não estão inteiramente errados, pois é a “majestade” da função presidencial, por assim dizer, que está sendo rigorosamente decapitada diante de nossos olhos.

Já nem mesmo os “donos do mundo” escapam ao assédio. Os presidentes reunidos em Gênova entre 20 e 22 de julho de 2001, por ocasião da conferência de cúpula dos sete países mais ricos do planeta (mais a Rússia, o G8), também se confrontaram com manifestações de cólera de enorme amplitude. Manifestações que não visavam pessoalmente a eles, mas à globalização que eles encarnam e a qual, por sua vez, não

tem rosto. Esses chefes de Estado e de governo apresentaram à opinião pública, nessa ocasião, a imagem detestável de um clube de ricos arrogantes, entrincheirados a bordo de um luxuoso navio de cruzeiro, cercados por muralhas militarizadas, isolados do povo enfurecido e protegidos por uma polícia em estado de guerra, que não hesitou em matar um jovem manifestante, Carlo Giuliani, de 23 anos...

Cercados por cerca de 200 mil manifestantes, os presidentes do G8, visivelmente desconcertados, limitaram-se a repetir um único argumento, à guisa de defesa: “Fomos eleitos democraticamente!” Como se houvesse nisso alguma virtude mágica. Como se isso não fosse, hoje em dia, o que existe de mais insignificante!

Pois o terem sido eleitos democraticamente não autoriza os presidentes, de modo algum, a traírem suas promessas eleitorais e o interesse geral, ou a quererem privatizar e liberalizar a torto e a direito. E a satisfazer a qualquer preço as exigências das empresas que financiaram suas campanhas eleitorais. Dois desses sete, pelo menos – os Srs. George W. Bush e Silvio Berlusconi –, são mais representantes do mundo dos negócios de seus países que de seus concidadãos.

O questionamento atual dos governos tem por alvo, acima de tudo, os chefes de Estado ou de governo acusados de haver cometido crimes de guerra ou crimes contra a humanidade. Como o general Augusto Pinochet, ex-ditador do Chile, detido em Londres em 1998, mediante uma queixa do juiz espanhol Baltasar Garzón, e devolvido a seu país em março de 2000, onde foi novamente acusado pelo juiz Guzmán, até finalmente ver suspensos os processos movidos contra ele, em 9 de julho de 2001, a pretexto de uma “degradação do estado de saúde mental do ex-ditador”.

Exigência moral

O caso Pinochet modificou profundamente as regras do jogo na luta contra a impunidade dos dirigentes políticos, em escala internacional. Desde então, mais ou menos por toda parte, vimos antigos responsáveis serem convocados por juízes, a exemplo do ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, intimado por um juiz de instrução de Paris por sua suposta participação no golpe de Estado contra o presidente socialista Salvador Allende, ocorrido no Chile em 1973. Ou o primeiro-ministro israelense Ariel Sharon, forçado a evitar pôr os pés na Bélgica,

onde se apresentaram queixas contra ele por cumplicidade em crimes cometidos durante os massacres de Sabra e Chatila, em Beirute, em 1982.

Em 3 de fevereiro de 2000, no Senegal, onde ele se havia refugiado, vimos também o ex-presidente do Chade, Hissène Habré, ser acusado de “cumplicidade em atos de tortura” e submetido à prisão domiciliar. Mais recentemente, em 10 de julho de 2001, o general argentino Jorge Videla, autor do golpe de Estado de 1976, foi acusado e teve a prisão preventiva decretada por sua suposta participação no Plano Condor, o pacto de morte aprovado na década de 1970 entre as ditaduras militares latino-americanas, para fazer seus adversários “desaparecerem” sistematicamente. E houve ainda, em 29 de junho de 2001, a controvertida entrega do ex-presidente iugoslavo Slobodan Milosevic ao Tribunal Penal Internacional da Antiga Iugoslávia, em Haia, sob a acusação de “crimes contra a humanidade”.

Mas não são apenas os autores de crimes sangrentos que vêm sendo perseguidos hoje em dia; presidentes democraticamente eleitos são também acossados pela justiça, sobretudo em decorrência de sua corrupção. Uma exigência moral manifesta-se a esse respeito em escala internacional. Assim, em junho de 2001, antes de ser finalmente inocentado, o ex-presidente argentino Carlos Menen foi detido e mantido em prisão domiciliar, sob a acusação de venda ilegal de armas e de haver recebido comissões ocultas que montavam a várias dezenas de milhões de dólares.

Também eleito democraticamente, Alberto Fujimori, ex-presidente do Peru, refugiou-se no Japão em novembro de 2000, para fugir da justiça, que o acusa de corrupção e assassinato. Seu antigo braço direito e homem forte do regime, Vladimiro Montesinos, também foi detido e encarcerado em junho de 2001. Nas Filipinas, o presidente Joseph Estrada foi expulso do poder por pressão popular, em 20 de janeiro de 2001, após um escândalo de corrupção. Foi preso em 25 de abril de 2001, acusado de desvio de 80 milhões de euros dos recursos econômicos do país. Na Indonésia, o presidente Wahid foi deposto em 23 de julho de 2001, acusado de corrupção. Em 28 de dezembro de 2001, o ex-presidente da República do Congo, Pascal Lissouba, foi julgado à revelia e condenado a trinta anos de trabalhos forçados por “alta traição petro-financeira e desvio de dinheiro público”. E poderíamos continuar citando outros exemplos.

A contestação dos dirigentes políticos não é característica dos países democráticos desenvolvidos do Norte. Vem-se estendendo, como vimos, a numerosos países do Sul, como se à globalização financeira

viesses responder uma internacionalização da exigência moral – e numa velocidade quase tão grande quanto a que viu o movimento antiglobalização, em menos de dois anos, de Seattle até Gênova, passar de protesto folclórico à revolta de uma geração inteira, de contestação pontual a uma guerra social planetária.

Desarmar os mercados

Para esses que manifestam seu protesto, o desarmamento do poder financeiro tem que se transformar num grande celeiro cívico, se quisermos evitar que o mundo do século XXI se transforme numa selva em que os predadores ditarão a lei.

Cotidianamente, cerca de 1,6 trilhões de euros fazem múltiplas idas e vindas, especulando com as variações do valor das divisas. Essa instabilidade cambial é uma das causas da alta dos juros reais, que freia o consumo das famílias e os investimentos das empresas. Ela aprofunda os déficits públicos e, por outro lado, incita os fundos de pensão, que manipulam centenas de bilhões de euros, a exigir das empresas dividendos cada vez mais elevados. As primeiras vítimas dessa “perseguição” do lucro são os assalariados, cujas dispensas maciças – “dispensas de conveniência bolsista” – fazem o valor das ações de seus ex-empregadores dar saltos na bolsa.

Podem as sociedades democráticas tolerar o intolerável por muito tempo? É urgente jogar areia nessas movimentações de capital devastadoras. De três maneiras: pela eliminação dos “paraísos fiscais”, pelo aumento da fiscalização dos lucros do capital, e pela taxação das transações financeiras.

Os paraísos fiscais são um punhado de regiões em que impera o sigilo bancário, que só serve para camuflar malversações e outras atividades mafiosas. Com isso, bilhões de dólares são subtraídos de qualquer fiscalização, em benefício dos poderosos e das instituições financeiras, pois todos os grandes bancos do planeta têm sucursais nos paraísos fiscais e deles extraem imensos lucros. Por que não decretar um boicote financeiro, por exemplo, contra Gibraltar, Aruba, as ilhas Cayman, Mônaco ou Liechtenstein, proibindo os bancos que trabalham com os poderes públicos de abrir filiais nesses lugares?

A taxação dos lucros financeiros é uma exigência democrática mínima. Esses lucros deveriam ser taxados exatamente pelos mesmos índi-

ces aplicados à renda do trabalho. Isso não acontece em parte alguma, em especial no seio da União Européia.

A completa liberdade de circulação dos capitais desestabiliza a democracia. Por isso é que se faz importante instaurar mecanismos de dissuasão. Um deles é o imposto Tobin, baseado no sobrenome de James Tobin, norte-americano agraciado com o Prêmio Nobel de economia, que o propôs já em 1972. Trata-se de taxar em bases módicas todas as transações dos mercados cambiais, a fim de estabilizá-los e, ao mesmo tempo, proporcionar receitas à comunidade internacional. Com uma taxa de 0,1%, o imposto Tobin proporcionaria cerca de 166 bilhões de euros por ano, ou duas vezes mais do que a soma anual necessária para erradicar a pobreza extrema em cinco anos.¹⁹

Numerosos especialistas mostraram que a implementação desse imposto não apresenta nenhuma dificuldade técnica.²⁰ Sua aplicação destruiria o credo liberal de todos os que não param de invocar a inexistência de uma solução que substitua o sistema atual.

Foi por isso que se criou em Paris, em abril de 1998, com vocação para se estender a todo o planeta, a organização não-governamental Ação por uma Taxação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos (ATTAC),²¹ que já conta, na França, com mais de 40.000 adeptos, e tem representantes em mais de 50 países. Em ligação com os sindicatos e associações de finalidade cultural, social e ecológica, a ATTAC age como um portentoso grupo de pressão civil junto a parlamentares e governos do mundo, para levá-los a reivindicar, finalmente, a implementação efetiva desse imposto mundial de solidariedade.

Mas a ATTAC tem também uma vocação de educação popular. Ao lado de outras associações, esforça-se por montar em toda parte seminários de formação em análise crítica da economia financeira. Dentro desse espírito, a ATTAC esteve na origem de um dos mais audaciosos projetos de resposta intelectual e social à globalização: o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, no Brasil.

¹⁹ “Rapport sur le développement humain 1997”, Economica, Paris, 1997.

²⁰ Cf. Mahbub Ul Haq, Inge Kaul e Isabelle Grunberg, *The Tobin Tax: Coping with Financial Volatility*, Oxford, Oxford University Press, 1996.

²¹ A denominação original da ONG é Action pour une taxation des transactions financières pour l’aide citoyens. (N. da T.)

Porto Alegre

O século XXI começou em Porto Alegre. Com efeito, todos aqueles que, de um modo ou de outro, contestam ou criticam a globalização neoliberal reuniram-se, de 25 a 30 de janeiro de 2001 e de 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002, nessa cidade do sul do Brasil, onde se realizaram os dois primeiros encontros do Fórum Social Mundial²¹ e onde se realizará, em janeiro-fevereiro de 2003, o terceiro FSM.

Não para protestar, como em Seattle, Quebec, Gênova, Monterrey, Joanesburgo e outros lugares, contra as injustiças, as desigualdades e os desastres provocados em diversos lugares do mundo pelos excessos do neoliberalismo, mas para tentar, desta vez com um espírito positivo e construtivo, propor um quadro teórico e prático que permita contemplar uma globalização de um novo tipo e afirmar que é possível um outro mundo, menos desumano e mais solidário.

Essa espécie de Internacional rebelde reuniu-se em Porto Alegre no exato momento em que se realizou, em Davos (Suíça), em 2001, e em Nova York, em 2002, o Fórum Econômico Mundial, que há décadas reúne os “novos donos do mundo”, em particular todos os que pilotam concretamente a globalização. E que já não escondem sua inquietação. Eles levam muito a sério os protestos da cidadania que, de Seattle a Kananaskis, passaram a ocorrer sistematicamente a cada conferência de cúpula das grandes instituições que de fato governam o mundo: OMC, FMI, Banco Mundial, OCDE, G7, ALCA e até a União Européia.

Já em 1999, os acontecimentos de Seattle²² haviam impressionado profundamente os tomadores de decisões reunidos em Davos. “A cada ano”, observou um jornalista, por exemplo, “um tema ou uma personalidade é a vedete do Fórum Econômico Mundial. Em 2000, a vedete de Davos foi, indiscutivelmente, Seattle. Ali se falou principalmente de Seattle.”²³ Conscientes do déficit democrático que acompanha a globalização, outros defensores do modelo dominante não mais hesitaram em pedir que “se reflita seriamente para modificar, num sentido mais democrático, as normas e processos de funcionamento da

²¹ Para qualquer informação, consultar o site www.forumsocialmundial.org.br.

²² Ver o relatório “Comment l’OMC fut vaincue”, *Le Monde diplomatique*, janeiro de 2000.

²³ *International Herald Tribune*, Paris, 2 de fevereiro de 2000.

globalização”.²⁴ E o próprio Sr. Alan Greenspan, presidente do Federal Reserve dos Estados Unidos, passou a afirmar: “As sociedades não podem ter sucesso quando setores significativos percebem seu funcionamento como injusto.”²⁵

Vindos dos quatro cantos do planeta, esses “setores significativos”, que se opõem à atual barbárie econômica e rejeitam o neoliberalismo como “horizonte inultrapassável”, tentaram, num impulso que cabe realmente qualificar de inovador, lançar as bases de um verdadeiro contrapoder²⁶ em Porto Alegre.

Sonhando com o absoluto

E por quê exatamente lá? Porque faz alguns anos que Porto Alegre se tornou uma cidade emblemática. Como capital do estado do Rio Grande do Sul, o mais meridional do Brasil, na fronteira com a Argentina e o Uruguai, Porto Alegre é uma espécie de laboratório social que os observadores internacionais examinam com certo fascínio.²⁷

Governada de maneira original, há quatorze anos, por uma coalizão de esquerda liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), essa cidade experimentou, em inúmeros campos (habitação, transportes coletivos, rede viária pública, coleta de lixo, postos de saúde, hospitais, rede de esgotos, meio ambiente, sistema de habitações populares, alfabetização, escolas, cultura, segurança etc.), um desenvolvimento espetacular. Qual o segredo de tamanho sucesso? O “orçamento participativo”, ou seja, a possibilidade de os habitantes dos diferentes bairros definirem, de maneira muito concreta e muito democrática, a destinação das verbas municipais. Isto é, de decidirem que tipo de infra-estrutura desejam criar ou melhorar, e de acompanharem passo a passo a evolução dos trabalhos e o trajeto dos compromissos financeiros. Com isso, nenhum desvio de verbas, nenhum abuso é possível, e os investimentos

²⁴ Joseph S. Nye Jr, “Take Globalization Protests Seriously”, International Herald Tribune, 25 de novembro de 2000.

²⁵ Citado por Jean-Paul Maréchal in *Humaniser l’économie*, Paris, Desclée de Brouwer, 2000, p. 22.

²⁶ Ver Miguel Benassayag e Diego Sztulwark, *Du contre-pouvoir*, Paris, La Découverte, 2000.

²⁷ Ver Bernard Cassen, “Démocratie participative à Porto Alegre”, *Le Monde diplomatique*, agosto de 1998.

correspondem na exatidão aos desejos majoritários da população dos bairros.

Essa experiência política vem-se efetuando, convém sublinhar, num clima de total liberdade democrática, em confronto com uma vigorosa oposição política de direita. O PT não controla os grandes jornais locais, nem tampouco o rádio e muito menos a televisão, todos nas mãos de grandes grupos midiáticos ligados ao patronato local, hostil ao Partido dos Trabalhadores. Além disso, obrigado a respeitar a Constituição federal brasileira, o PT tem margens de autonomia política muito restritas e, sobretudo em matéria fiscal, não pode legislar a seu gosto. Ainda assim, a satisfação dos cidadãos é tamanha que, em outubro de 2000, o candidato do PT foi reeleito para a chefia da prefeitura com mais de 63% dos votos...

Nessa cidade singular, onde floresce uma democracia que não é como as outras, o Fórum Social Mundial tentou, em 2001 e 2002, montar uma outra globalização que não mais exclua os povos. O capital e o mercado repetem, já se vão dez anos, que, ao contrário do que afirmavam as utopias socialistas, são eles, e não o povo, que fazem a história e a felicidade dos homens.

Em Porto Alegre, neste século XXI que começa, alguns novos sonhadores que almejam o absoluto lembraram que não é apenas a economia que é mundial: a proteção do meio ambiente, a crise das desigualdades sociais e a preocupação com os direitos humanos também são questões internacionais. E cabe aos cidadãos do planeta finalmente as tomarem em suas mãos.

Referências bibliográficas

- BENASSAYAG, Miguel e SZTULWARK, Diego, *Du contre-pouvoir*, Paris, La Découverte, 2000.
- BRISSET, Claire, *Un monde qui dévore ses enfants*, Paris, Liana Lévi, 1997.
- CASSEN, Bernard, “Démocratie participative à Porto Alegre”, *Le Monde diplomatique*, agosto de 1998.
- CHESNAIS, François, *La Mondialisation du capital*, Paris, Syros, 1997 (nova edição ampliada).
- DROZ, Jacques, in *Histoire générale du socialisme*, Paris, Quadrige-PUF, 1997, vol. I, p. 369.

ECONOMICA, “Rapport sur le développement humain 1997”, Paris, 1997.

GORZ, André, *Misères du présent, richesse de l’avenir*, Paris, Galilée, 1997.

INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE, 7 de janeiro de 2002.

INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE, Paris, 2 de fevereiro de 2000.

LANDES, David S., *L’Europe technicienne*, Paris, Gallimard, 1975, p. 214.

LE MONDE DIPLOMATIQUE, “Comment l’OMC fut vaincue”, janeiro de 2000.

LIBÉRATION, 15 de outubro de 1997.

MARÉCHAL, Jean-Paul, in *Humaniser l’économie*, Paris, Desclée de Brouwer, 2000, p. 22.

MARX, Karl, *Manifeste du parti communiste*, Paris, UGE, col. 10-18, 1962, p. 42 e 46 [ver in Vários autores, *O Manifesto comunista 150 anos depois*, Rio de Janeiro, Contraponto/Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998].

NYE JR, Joseph S., “Take Globalization Protests Seriously”, *International Herald Tribune*, 25 de novembro de 2000.

RAMONET, Ignacio, *La Tyrannie de la communication*, Paris, Galilée, 1998.

SCHLEMMER, Bernard, *L’Enfant exploité*, Paris, Khartala, 1996; ver também o relatório “L’Enfant exploité”, p. 2, nº 2, Lausanne, junho de 1996.

UL HAQ, Mahbub, KAUL, Inge e GRUNBERG, Isabelle, *The Tobin Tax: Coping with Financial Volatility*, Oxford, Oxford University Press, 1996.

VILLERMÉ, Louis, *Tableau de l’état physique et moral des ouvriers...*, Paris, 1840 (reeditado pela UGE, col. 10-18, Paris, 1971).